



- **Valor Pago:** No exercício de 2017, foi pago o valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

Da análise do Edital Pregão nº 020/2013/SEMA/PMT (Peça 11, fls. 1 a 61) e do contrato nº 175/2014/SEMEC, foram identificados os seguintes achados:

6.1.2.1 Impedimento de participação da empresa no Pregão Presencial nº 020/2013/SEMA/PMT

Dados gerais da empresa: VENILSON DE OLIVEIRA ROCHA ME, CNPJ: 16.416.613/0001-44, com o nome de fantasia VR SERVIÇOS, foi aberta em 02 de julho de 2012 e se encontra ativa com endereço na Rua Governador Joca Pires, 1929, Bairro de Fátima, Teresina, Piauí, CEP 64.049-522. Microempresa com capital social de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e natureza jurídica de empresário individual, representada pelo Sr. VENILSON DE OLIVEIRA ROCHA, CPF 825.382.553-68.

Por meio dos sistemas corporativos deste Tribunal, constatou-se que o representante da empresa, Sr. VENILSON DE OLIVEIRA ROCHA, CPF: 825.382.553-68, RG: 1.919.179-SSP/PI, **trabalhou na PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA – PMT, nos anos de 2012 a 2014 e 2016, com lotação no NUTRANS – Núcleo de Transportes** da Fundação Municipal de Saúde – FMS e possui registrado em seu nome apenas um veículo tipo motoneta, HONDA/BIZ 125 MAIS, Placa NIA-7158, ano 2008/2008.

Ocorre que o item 2.2.2 do Edital do Pregão nº 020/2013/SEMA/PMT, **proibiu a participação**, em qualquer fase do procedimento, **de empresas cujos sócios, representantes ou responsáveis fossem funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Prefeitura Municipal de Teresina**, conforme segue:

2.2. Estarão **impedidos de participar de qualquer fase do procedimento**, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

(...)

2.2.2 Empresas cujos sócios, diretores, representantes legais e/ou responsáveis técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, sejam funcionários, conselheiros, inspetores, diretores, empregados ou ocupantes de cargos comissionados na Prefeitura Municipal de Teresina. (grifos nossos)

(...)

Verifica-se que a finalidade seria a de impedir que o sujeito se beneficiasse da posição que ocupa na Administração Pública para obter informações privilegiadas em detrimento dos demais interessados no certame, interferindo de modo negativo na lisura do procedimento. Com